

Acessibilidade cultural em universidades públicas: o caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj)¹

Brenda Pereira FERREIRA²

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

Esta pesquisa analisa as ações de acessibilidade cultural promovidas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em seus espetáculos teatrais e como elas impactam o consumo cultural por pessoas com deficiência. Ainda que de forma incipiente e em pequena escala, as medidas adotadas promovem o acesso para quem necessita de ações específicas, incentivando o consumo cultural e servindo de modelo para os demais espaços culturais da cidade.

Palavras-chave: comunicação; relações públicas; acessibilidade cultural; consumo cultural.

Corpo do trabalho

Pessoas com deficiência (PcDs) enfrentam diariamente desafios de acessibilidade e inclusão em diversas esferas da vida social (IBGE, 2023). Desafios esses que não se limitam a barreiras físicas e técnicas, mas que envolvem também questões simbólicas, afetando o modo como elas se sentem pertencentes ou excluídas dos espaços que ocupam (Diniz, 2007; Sassaki, 2006).

Ainda que tendo o direito à educação e à cultura assegurados pela Constituição Federal (1988) e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a ausência de acessibilidade em diversos locais causa dificuldade de acesso a serviços e leva a um isolamento social, fazendo com que PcDs muitas vezes fiquem restritos ao convívio familiar e tenham dificuldade de inserção em outros grupos sociais (Holanda, 2015). Por isso, o debate sobre acessibilidade cultural em universidades públicas se faz necessário. Como organizações que historicamente lutam

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa – Comunicação, Organizações e Consumo, atividade integrante do XX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

² Mestranda, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, brendaferreira.ijr@gmail.com

pela diversidade, é importante garantir que a universidade não se configure como mais um espaço de exclusão social, mas sim como um ambiente efetivamente acessível.

A presente pesquisa tem como objetivo estudar as ações de acessibilidade cultural promovidas pela Uerj nos espetáculos realizados no Teatro Odylo Costa, filho e analisar o impacto delas no incentivo ao consumo cultural por pessoas com deficiência. Para isso, a coleta de dados está sendo realizada de duas maneiras:

- Entrevistas qualitativas semiestruturadas com participantes do Laboratório de Acessibilidade Cultural (LAC) da Uerj, para entender quais ações já vêm sendo realizadas, quais as ações futuras e quais as percepções que possuem da reação do público. Em um segundo momento, serão entrevistadas PcDs que tenham participado de eventos culturais da Uerj, para entender como percebem as ações de acessibilidade e a comunicação delas;
- Observação participante nos eventos culturais, nos quais serão observados tanto os aspectos estruturais de acessibilidade (a própria estrutura física do evento, disposição do espaço, acessibilidade ao palco e à plateia, presença de intérpretes de Libras, audiodescrição, entre outros) como para entender de que forma a presença deles é comunicada ao público (se estão facilmente visíveis e identificados com sinalização acessível ou se há ruídos nessa comunicação).

Falar de acessibilidade cultural em uma universidade estadual é, antes de tudo, falar em Comunicação Pública. Esse campo, norteado pelo interesse coletivo, adota uma perspectiva cidadã na comunicação e viabiliza o direito de todos à informação, ao diálogo e à participação (Duarte, 2007). Para o autor, “parece óbvio que o cidadão, no seu relacionamento com a estrutura pública, deve possuir informação consistente, rápida e adaptada às suas necessidades [...] A comunicação diz respeito à criação de formas de acesso e participação”. Nesse contexto, os eventos culturais podem ser entendidos para além de momentos de cultura e lazer, mas também como espaços de comunicação entre a universidade e a sociedade, favorecendo a participação do público na vida universitária e o acesso a seus serviços.

Eventos são uma importante ferramenta de Relações Públicas, pois atuam como espaço de produção de sentidos, sociabilidade, relacionamento e ajudam na construção da imagem organizacional. Kunsch (2003) destaca o potencial dos eventos de atingir públicos específicos, reforçar a imagem institucional e promover a melhoria do relacionamento com públicos de interesse. Neto (1998) também enfatiza a importância de eventos como meios para fortalecer relacionamentos com diferentes públicos e como eles são relevantes para estabelecer canais de comunicação.

Lacerda, Brennand e Freitas (2024) apontam que eventos inclusivos não apenas proporcionam mais experiências positivas, como também fortalecem a imagem institucional das organizações e sua reputação junto aos públicos. Para isso, é necessário que haja o respeito à diversidade dos perfis envolvidos. Assim, refletir sobre a acessibilidade nos eventos culturais é também refletir sobre os sentidos comunicados institucionalmente e sobre a forma como a universidade se projeta como espaço de diversidade e pertencimento.

A LBI (2015) define o que é deficiência e estabelece normas para a acessibilidade no país.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Brasil, 2015)

Segundo dados do IBGE (2023), há 18,6 milhões de PcDs no Brasil, o que corresponde a quase 9% da população. As principais dificuldades enfrentadas são de locomoção, visão, concentração e aprendizado, audição e comunicação. De acordo com Sassaki (2006), a acessibilidade pode ser pensada em seis dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Para o autor, elas não somente garantem a inclusão de PcDs como também facilitam o acesso de pessoas sem deficiência. Ao ignorar uma dessas dimensões, compromete-se o acesso pleno.

O Guia prático de acessibilidade cultural na Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura define o que é acessibilidade cultural.

Acessibilidade cultural pode ser compreendida como um conjunto de medidas para a eliminação de barreiras e promoção da participação plena das pessoas com deficiência nas políticas, programas, projetos e ações culturais, garantindo à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos culturais, tanto como espectador como fazedor de cultura. (Brasil, 2025)

Como apontam Carmo, Farias, Freitas e Lopes (2025), é difícil ter acessibilidade plena em função da complexidade das diferenças humanas, mas é fundamental que o acesso seja continuamente viabilizado e planejado. A LBI (2015) determina que eventos de natureza científico-cultural ofereçam, ao menos, recursos de tecnologia assistiva, como intérprete de Libras, legendas e audiodescrição (Art. 70 e 67). O LAC vem trabalhando para implementar essas e outras ações nas produções culturais realizadas na Uerj.

Nas temporadas teatrais, as ações de acessibilidade começam antes mesmo do espetáculo. Na divulgação, há intérprete de Libras nos vídeos promocionais e audiodescrição nas postagens das redes sociais. Também é realizado um trabalho de treinamento da equipe envolvida (produção, equipe técnica, recepcionistas e orientadores de plateia) para orientar sobre as formas mais adequadas de lidar com PcDs, além de oferecer uma introdução à Libras.

Nos espetáculos, passaram a disponibilizar pelo menos uma sessão acessível, com o uso de tecnologias assistivas. Em alguns dias, também conseguem oferecer uma visita tátil ao palco para pessoas com deficiência visual, que têm a oportunidade de tocar e sentir todos os objetos cênicos e, assim, compreender de forma mais ampla a peça.

Eles também prestam consultoria em acessibilidade cultural para os espetáculos de produção externa que são realizados no espaço.

Ainda que de forma incipiente e em pequena escala, as medidas adotadas promovem o acesso para quem necessita de ações específicas, incentivando o consumo cultural e servindo de modelo para os demais espaços culturais da cidade.

Referências

BRASIL. Guia prático de acessibilidade cultural na Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. 1. ed. Brasília, DF: MinC, 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.

CARMO, Maria Helena; FARIAS, Luiz Alberto; FREITAS, Ricardo Ferreira; LOPES, Valéria Siqueira Castro. Acessibilidade Cultural como garantia do direito à cultura. *Organicom*, São Paulo, Brasil, v. 22, n. 47, p. 185–189, 2025. Disponível em <https://revistas.usp.br/organicom/article/view/236539> Acesso em 23 jul. 2025

DINIZ, Débora. O que é deficiência? São Paulo: Brasiliense, 2007

DUARTE, Jorge. Comunicação pública. In: LOPES, Boanerges (Org.). *Gestão da comunicação empresarial: teoria e técnica*. São Paulo: Mauad, 2007

LACERDA, Igor; BRENNAND, Jorgiana Melo de Aguiar; FREITAS, Ricardo Ferreira. Barreiras na participação cultural de pessoas com deficiência: uma investigação qualitativa sobre o Lollapalooza Brasil (2022). *Organicom*, São Paulo, Brasil, v. 21, n. 45, p. 326–339, 2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/organicom/article/view/223186> Acesso em 23 jul. 2025

HOLANDA, C. M. A. et al. Redes de apoio e pessoas com deficiência física: inserção social e acesso aos serviços de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, p. 175-184, 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csc/a/XkBwC5pGcwQfnzcbc3fhV3h/?lang=pt> Acesso em 28 jul. 2025

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): Pessoas com Deficiência 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

KUNSCH, Margarida. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. 5. ed. São Paulo: Summus, 2003

NETO, Francisco Paulo de Melo. Marketing de Eventos. 5. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1998

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 7ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006